

DISCURSOS MEMORIALÍSTICOS DE MULHERES-PROFESSORAS: SEXUALIDADE FEMININA, GÊNERO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS*

MEMORIALISTIC DISCOURSES OF WOMEN TEACHERS: FEMININE SEXUALITY, GENDER AND PEDAGOGICAL PRACTICES

Constantina Xavier Filha**

RESUMO

Este artigo resulta de pesquisa que contou com o apoio da CAPES/PICDT que buscou entender como os discursos produzidos por quatro professoras brasileiras e três portuguesas se constituíram em práticas discursivas evidenciando circulação, compartilhamento de enunciados e negociações entre o que pode ser dito e o que é interdito. Os dados analisados foram obtidos mediante entrevistas de histórias de vida tendo como referencial os pressupostos foucaultiano e os estudos de Gênero. Apesar de as professoras pertencerem a espaços diferenciados, compartilham de enunciados, especialmente no que tange a discursos de sexualidade feminina hegemônica. Adotam o discurso da docência para produzir as narrativas pessoais. É neste local – a escola –, e é nesta atividade – a docência –, que ressignificam sua intimidade e também produzem discursos que acabam por constituir ações que conduzem condutas de alunos e alunas.

Palavras-chave: Discurso; sexualidade feminina; relações de gênero; prática docente.

ABSTRACT

This article is the result of research done with the support of the CAPES/PICDT on the subject of understanding how the discourses of 4 Brazilian and 3 Portuguese women teachers constitute discursive practice evidencing the circulation and sharing of enunciations and negotiations between what can be said and what is prohibited. Data obtained through life history interviews was analyzed from Foucault's theoretical framework and Gender studies. Despite the fact that the teachers belong to different spatial locations, they share enunciations, especially concerning the hegemonic discourses of feminine sexuality. The adopt teaching discourses to produce personal narratives. It is in the locale – the school –, and in this activity – teaching-, that resignify their intimacy and also produce discourses that end up constituting actions affecting the conduct of male and female students.

Keywords: Discourse, feminine sexuality, gender relations, teaching practice.

* Parte deste texto foi apresentado no XIII ENDIPE, Recife/PE, 2006.

** Professora do Departamento de Educação/CCHS/UFMS; Mestra em Educação pela UFMS e Doutora em Educação pela FEUSP.

O artigo discute dados analisados em estudo de investigação¹ mais ampla, financiada pela CAPES/PICDT, que buscou entender como se constituíram os discursos sobre a sexualidade feminina a partir das narrativas de professoras brasileiras e portuguesas e da imprensa feminina na segunda metade do século XX, tendo como referencial teórico os estudos de Gênero e pressupostos foucaultianos. Pretende-se mostrar, neste texto, como a sexualidade feminina faz parte da ordem dos discursos ao expressar os processos de subjetivação da mulher, da mulher-sexuada e da mulher-professora-sexuada, bem como analisar como estes discursos acabam por produzir práticas de educação sexual.

Alguns conceitos adotados

O conceito de discurso aqui utilizado encontra-se particularmente nos livros “*A ordem do discurso*” (2003) e *Arqueologia do saber* (2002) de Michel Foucault, embora o estudo não se centre na análise arqueológica das práticas discursivas como sugerem essas obras. Este conceito priorizado possibilitou entender como as professoras falaram sobre si mesmas nos discursos memorialísticos mediante histórias de vida e, particularmente, como expressam as “práticas de si” nos processos de constituição de subjetividades, especialmente quando priorizam a sexualidade como elemento articulador e produtor de seus discursos.

O discurso não é pensado a partir de perspectiva lingüística, como conjunto de expressões verbais. Também não deve ser entendido “como conjunto de signos, mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (FOUCAULT, 2002, p. 56). Tal pressuposto suscita modos de olhar e entender como os discursos se constituem como prática e, sobretudo, quais são os mecanismos e procedimentos de produção de verdade que eles podem estabelecer na sociedade atual, sobretudo nos efeitos que produzem na constituição de subjetividades. O discurso, por sua vez, constitui-se de “conjunto de enunciados” (FOUCAULT, 2002, p. 124). Por enunciado, ressaltam-se as “conexões com um domínio epistemológico mais amplo que permite que certas coisas sejam ditas e outras não, que certos enunciados sejam possíveis e outros não” (SILVA, 2000, p. 50). O próprio Foucault hesita na formulação de um conceito de enunciado ao fazer as seguintes observações:

(...) não podia definir o enunciado como uma unidade de tipo lingüístico (...) mas que tinha que me ocupar de uma função enunciativa, pondo em jogo unidades

1. Pesquisa de doutorado defendida na FEUSP com orientação da professora Dra. Denice Barbara Catani e do prof. Dr. Jorge Ramos do Ó (Universidade de Lisboa).

diversas (elas podem coincidir às vezes com frases, às vezes com proposições; mas são feitas às vezes de fragmentos de frases, séries ou quadros de signos, jogos de proposições ou formulações equivalentes) (...). (FOUCAULT, 2002, p. 122).

Foucault define enunciado não a partir de seus elementos formais, gramaticais ou lingüísticos, mas a partir de sua função, por exemplo, ao indagar: “o que pode ser dito?”; “quem está autorizado a dizer?”. O autor chama a atenção para outras possibilidades enunciativas transpondo o aspecto lingüístico, de forma que possa abranger outros aspectos como tabelas, gráficos, proposições, dentre outros. A função que o enunciado ocupa em determinados contextos é o que deve ser levado em conta, observando que efeitos produz ao ser expresso ou silenciado. A produção de discurso, por sua vez, não se dissocia dos procedimentos de seleção, organização, redistribuição dos enunciados e dos sujeitos, pois

em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2003, pp. 8-9).

Dentre as formas de dizer e de não dizer, há os *interditos*, interpretados por Foucault como procedimentos sociais de exclusão. Neste sentido o autor ressalta que “sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 2003, p. 9). O discurso, então, é constituído por questões de poder que separam, classificam e instituem quem pode ou não dizer algo e em que circunstâncias.

Os discursos obedecem a regras nem sempre inteiramente perceptíveis, especialmente porque são práticas e não um conjunto de signos e palavras que simplesmente estabelecem formas de comunicação. Estes elementos tornam-se fundamentais para a prática de pesquisas que se propõem a entender como os discursos se constituem e como se estabelecem as formações discursivas numa determinada época e sociedade. Foucault instiga-nos a pensar a esse respeito e sugere que esta reflexão visa “revelar as práticas discursivas em sua complexidade e em sua densidade; mostrar que falar é fazer alguma coisa – algo diferente de exprimir o que se pensa, de traduzir o que se sabe e, também, de colocar em ação as estruturas de uma língua” (FOUCAULT, 2002, p. 237). Tal intento, especialmente em estudos que priorizam a sexualidade, torna-se complexo e instigante, visto que se está refletindo sobre discursos socialmente “naturalizados” (como se brotassem espontânea e naturalmente da sociedade), ou seja, se tornaram revestidos de poder e por isso

valem por verdades inquestionáveis, produzindo situações e condutas acerca do que falam. A sexualidade como dispositivo histórico, assim o declara Foucault, não é um produto natural, mas resultante de “algo construído” constantemente pelos mais diversos discursos sociais e históricos.

Estes aspectos destacados por Foucault são pertinentes ao presente estudo. A sexualidade feminina, nos últimos séculos, tem sido terreno fértil para a proliferação discursiva das mais diversas instituições, além de instigar a dos próprios sujeitos. Pretendemos aqui observar como se expressam as professoras que nasceram na década de 50 do século XX e que atuam na docência. Descubrem-se, nesta análise, regras que sancionam e/ou interditam a produção e a circulação de práticas discursivas para esses sujeitos. Por outro lado, certos enunciados expressam conteúdos de saber-poder vigentes nas práticas. Os discursos dos sujeitos da pesquisa, aqui denominados de *discursos do eu* das mulheres-professoras, evidenciam as práticas que elas realizaram no decorrer de histórias de vida.

As práticas do sujeito consigo mesmo foram estudadas por Foucault (2004), que, em entrevista concedida em 1984, ressaltou o seu objeto de estudo, qual seja, o sujeito humano e seus encontros com jogos de verdade. O que é considerado como “verdade” pode assumir a forma de ciência, modelo científico ou enunciado produzido nas instituições e práticas de controle. Para o autor, as relações estabelecidas entre o sujeito e os jogos de verdade podem ocorrer de diversas formas: práticas coercitivas, jogos teóricos – ou científicos – e práticas de si. Os indivíduos tornam-se sujeitos com múltiplas identidades através de jogos que estabelecem com as práticas coercitivas de instituições como a família, a escola, dentre outras; em relação aos jogos teóricos, que produzem práticas divisoras a partir de discursos que normalizam condutas; finalmente, através do trabalho do próprio sujeito consigo mesmo.

Os discursos produzidos pelas professoras são práticas que obedecem a regras de formação específicas – das quais, algumas propõem, outras interditam. Antes de entrar na descrição e análise dos dados, cabe ressaltar dois aspectos interdependentes que parecem preponderantes. O primeiro, é que se buscou analisar os discursos apreendidos nas histórias de vida a partir de uma perspectiva mais coletiva e social do que individual; buscou-se, prioritariamente, observar os discursos como objeto de estudo evidenciando o que eles poderiam expressar e, conseqüentemente, constituir subjetividades.

O segundo aspecto é que os discursos das professoras foram definidos como “discursos do eu”, quando falam da intimidade, expressos em autonarrativas. Vejamos o que Larrosa considera como narrativa,

[Narrativa] não é o lugar onde a subjetividade está depositada, o lugar onde o sujeito guarda e expressa o sentido mais ou menos transparente ou oculto de si mesmo, mas o mecanismo onde o sujeito se constituiu nas próprias regras desse discurso que lhe dá uma identidade e lhe impõe uma direção, na própria operação em que o submete a um princípio de totalização e unificação (2000, pp. 72-73).

Observa-se que o conceito de narrativa, assim proposto, é capaz de expressar não somente os enunciados propriamente ditos, mas elementos de dispositivos pedagógicos – propiciados por discursos sociais hegemônios, ou não –, e também no que o próprio sujeito produz sobre si mesmo. O conceito de narrativa, assim como o de prática discursiva, se atém ao que se diz e ao o que se oculta; à função do que se diz; aos efeitos que os discursos produzem. Por tudo isso, não nos preocupam fatos e acontecimentos da trajetória individual dos sujeitos como as histórias de vida poderiam supor, mas com os elementos que compõem as práticas discursivas e, sobretudo, os efeitos desses enunciados na produção de sua subjetivação.

Os discursos das mulheres são produto de processos discursivos que propiciam a relação dos sujeitos consigo mesmos. São recursos, entre outros, que permitem a constituição dos sujeitos na contemporaneidade. É neste sentido que *discursos do eu* se articulam com os demais produtos sociais (enunciados científicos e morais) de uma dada realidade histórica. Larrosa reforça esta premissa ao afirmar que

a história do eu como sujeito, como autoconsciência, como ser-para-si, é a história das tecnologias que produzem a experiência de si. E estas, por sua vez, não podem ser analisadas sem relação com um domínio de saberes e um conjunto de práticas normativas. A experiência de si seria, então, a correlação, em um corte espaço-temporal concreto, entre domínio de saber, tipos de normatividade e formas de subjetivação (2000, p. 56-57).

Os discursos considerados hegemônicos, constituídos de conceitos de saber-poder, que preponderaram nas últimas décadas da segunda metade do século XX, constituíram tipos de sujeitos brasileiros e portugueses. Tais enunciados produzem subjetividades que não se constituem de maneira passiva e, sim, ativa, na medida em que as pessoas são produto dos jogos que estabelecem consigo mesmas. Esta construção do “eu”, expressa nas autonarrativas dos sujeitos, não são obra exclusiva de micopráticas. Elas nascem da inter-relação dos aspectos de um trabalho individual de cada sujeito com os demais discursos, científicos ou não, de uma dada coletividade.

As narrativas das professoras, que constituem o *corpus* de análise deste artigo, foram coletadas mediante entrevistas semi-estruturadas, que compõem histórias de

vidas. Após a transcrição, observaram-se os seguintes aspectos: 1. quem é o sujeito do enunciado; 2. quais os interditos; 3. de que lugar/es fala/m; 4. o que, para as entrevistadas, “pode ser dito e em que condições”; 5. em que enunciados existem elementos comuns às práticas discursivas das brasileiras e portuguesas; 6. que enunciados compõem discursos de saber/poder e quais aparecem como constituidores de subjetividades; por fim, 7. quais enunciados comuns são relacionados à vivência dos docentes.

A sexualidade feminina na ordem do discurso de docentes

Os *discursos do eu* acerca da vivência da sexualidade feminina constituíram-se de enunciados compartilhados e de outros, diferenciados. Ressalta-se que neste tipo de estudo procura-se observar as “distâncias e vizinhanças” de sentidos atribuídos por realidades diversas, dos quais fala Catani (2000). As brasileiras tratam da questão com mais desenvoltura do que as portuguesas. Elas afirmam gostar da prática sexual, embora se mostrem inseguras em relação à construção do corpo sexuado e da prática do autoerotismo. O prazer sexual, a “descoberta” do orgasmo e a conduta sexual são descritos com riqueza de detalhes. As portuguesas pouco ou nada falam a esse respeito, mas sem esconder os problemas vivenciados nessa área, relacionado ao que chamam de “repressão sexual”.

Os discursos das mulheres-professoras, denominados *discursos do eu*, produzem sentidos no que se refere a *intimidade* – sexualidade e constituição do “eu”. As brasileiras se expõem mais abertamente do que as portuguesas, como já afirmamos; no entanto, tanto numa como noutra realidade, o que se deve observar é que o discurso é sempre algo produzido. Devem-se analisar, então, os elementos que compõem as práticas discursivas, as regras que as legitimam, os enunciados priorizados na ordem do discurso.

Um dos aspectos sobre que refletir na questão da produção discursiva das mulheres é a de saber *quem fala* nos discursos. O *discurso do eu*, das professoras desta pesquisa na enunciação biográfica e memorialística, revela que as mulheres se expressam ora como mulheres, ora como docentes, ora como filhas... Tais características estão relacionadas aos *espaços* e aos *lugares* em que se encontram, e que condicionam os seus enunciados. Muitas das entrevistadas, quando se vêem como integrantes da instituição escolar, optam pelo *discurso da docência* para narrar aspectos de sua intimidade, algo a ser descrito mais adiante. Neste espaço parecem sentir-se seguras, com poderes e condições propícias para revelar o que

têm de mais íntimo ou para se pronunciar acerca dos modos de subjetivação vivenciados enquanto sujeitos sexuados. Devido aos próprios interditos, presentes nos discursos sobre sexualidade feminina, é neste *local* que elas se sentem mais confortáveis para se pronunciar sobre assuntos historicamente constituídos como proibido, apesar de todos os estímulos à produção e profusão de discursos dessa natureza.

Ao falar da sexualidade, valem-se de outra característica importante: *o local* para falar de si próprias. Explicando-se melhor, muitas professoras falam de sua sexualidade guardando certa distância dos fatos, adotando um “discurso professoral” ao fazer avaliações e observações como se fossem outra pessoa que analisa a própria vida. Tal regra de construção do discurso é significativa se compreendida como uma necessidade que têm de adotar um *lugar* para se resguardarem ou se sentir seguras para falar da própria intimidade. Algumas, ao serem questionadas sobre a sexualidade, refugiam-se num discurso que enfoca a sexualidade das filhas e filhos ou dos próprios discentes. Parecem se esquivar, preferindo falar de outras personagens para se resguardar da exposição pessoal.

A sexualidade, na maior parte dos discursos das professoras, especialmente para as portuguesas, está atrelada a conceitos de genitalidade e amor. Sexo, por sua vez, esteve ligado a discursos que veiculavam o ideal de feminilidade, ligado à reprodução dentro de uma relação heterossexual estável. A virgindade, como regra a definir condutas femininas, também foi encontrada nas narrativas. Para algumas, a virgindade era considerada um valor de troca com que a mulher poderia arrumar um bom casamento. Como afirma a professora brasileira, Lúcia, “*a virgindade era tudo e algo que não se podia perder*”. Ainda sobre a temática do sexo e da sexualidade, há uma sensível diferença entre os discursos das entrevistadas dos dois países. As brasileiras falam mais abertamente sobre o prazer ligado à prática sexual do que as portuguesas. Os enunciados utilizados no Brasil para designar o ato sexual – “*fazer sexo*”; “*ato sexual*”; “*transa*”; “*coito*” – em Portugal aparecem com outros enunciados – “*relação*”; “*conhecimento físico*”; “*fazer amor*”. Observa-se que a relação entre sexo e amor está expressa neste último termo, além de frisar a interação entre as pessoas que o praticam. É difícil encontrar palavras quando o assunto é a prática sexual ou o desempenho sexual nas narrativas das portuguesas, que comumente o descrevem como “*isso*”.

Apesar da aparente abertura ou desenvoltura das brasileiras, brasileiras e portuguesas ressaltam que sexo foi considerado “tabu” na construção de suas trajetórias de vida como seres sexuados. O termo “*repressão*” é constantemente utilizado para indicar a maneira coercitiva que as envolveu no contato com as mais diversas

instituições educativas. A falta de diálogo entre adultos e crianças, na infância e na adolescência das entrevistadas, e a inexistência da educação sexual nessas fases são citadas pelas professoras dos dois espaços. No entanto, parecem se contradizer ao falar de várias passagens de suas trajetórias em que havia “ditos e interditos” para a vivência da sexualidade da menina. O que se está questionando, então, é a falta de momentos sistematizados de um diálogo aberto sobre a temática de gênero e sexualidade. Estes momentos eram raros, segundo as entrevistadas. A educação sexual, porém, não ocorre somente de maneira formal, mas também e, especialmente, mediante outras trocas e relações interpessoais, em que se manifestam conceitos e preconceitos sobre o que se considera correto para as meninas. Trata-se, de fato, de práticas que compõem as pedagogias de sexualidade e gênero em que estiveram envolvidas.

Dentre os temas abordados nos discursos das entrevistadas, destacam-se aspectos relativos à trajetória pessoal de vida desde a infância até a idade adulta. A construção do corpo sexuado e de gênero perpassa todas as fases da vida. Na infância e na adolescência, as descobertas e mudanças corporais foram vivenciadas, afirmam, com pudor e sem informações. O *recato* era um valor incentivado pelas instâncias formadoras nas quais estavam inseridas.

O que se percebe nos elementos descritos pelas mulheres-professoras é que essas práticas obedecem a um certo ordenamento, ou seja, os enunciados obedecem a regras entre o que pode ser dito e o que é interdito. O que se buscou é entendê-los em sua materialidade e não pela lógica interna dos enunciados. Não se priorizou a análise do que poderia estar por trás dos ditos e não-ditos, ou mesmo entender o que as professoras queriam dizer quando proferiam algo. Pelo contrário, o que interessava era evidenciar os efeitos de verdade dos discursos; as relações sugeridas pelo uso de palavras; as relações de poder que legitimavam enunciados e desconsideravam outros. No caso de nosso estudo, o que parece vir à tona na ordem do discurso é a dificuldade em falar, na primeira pessoa, de sua própria sexualidade (mesmo para as brasileiras, que dispensaram mais tempo ao tema). Outro aspecto é a construção discursiva permeada pela ambigüidade entre o “ser sexuada” e o “ser sexuada com recato”. Poder-se-ia pensar que, tanto no Brasil como em Portugal, a construção da subjetividade como mulher e mulher sexuada estaria ligada aos modelos produzidos e veiculados pela imprensa feminina² de ambos os países, ou seja, uma clara distinção entre a mulher pouco sexuada – ou frígida – e a mulher hiper-sexuada. Parece evidente que os discursos

2. O presente estudo também teve como fonte a imprensa feminina nos dois países.

sobre a sexualidade nas últimas décadas do século XX foram particularmente influenciados pelas orientações impostas pela Sexologia, amplamente divulgadas pelos meios de comunicação da época. Estes discursos, como prática que produz saberes, produzem efeitos na constituição dos sujeitos e dos próprios discursos das mulheres sobre si mesmas e o mundo. Os discursos que se consolidaram como hegemônicos, através de enunciados prescritivos e normatizadores, serviram de instrumento dos dispositivos pedagógicos com o objetivo de “conduzir as condutas” femininas. Observa-se também que, apoiados em códigos morais e, especialmente, em preceitos apropriados de teorias científicas e aplicáveis à conduta feminina, se apresentam como “verdade”.

O saber proposto pela Sexologia definiu e criou novas possibilidades de vivência da sexualidade feminina ao prescrever “fórmulas” e “métodos” para a prática sexual, especialmente do casal. Nos discursos das entrevistadas deste estudo, porém, apesar da produção da representação de uma “nova mulher sexuada” a partir dos anos 70 – descrito nas revistas analisadas –, ainda persistem os dois “modelos” – a frígida e a hiper-sexualizada.

A questão do corpo e de sua constituição como veículo de prazer praticamente inexistente nos *discursos do eu* das mulheres portuguesas. Nas narrativas das professoras brasileiras, este tema aparece envolto em ambigüidades. Ao mesmo tempo em que afirmam considerar-se sexualmente ativas, admitem que pudor, padrão de beleza e prazer relacionado com sentimentos de vergonha refletem os discursos sobre o corpo. A constituição do corpo dessas mulheres se faz sob constante vigilância; elas próprias disciplinam seus próprios desejos, recusando-se a explorar eroticamente o corpo, controlando desejos em nome de códigos morais que historicamente instauraram tais práticas. Uma vez anulados os desejos, asseguram viver a sexualidade dentro da normalidade. Um dos aspectos transformados em norma, amplamente ressaltado nos enunciados da imprensa feminina, é que cabe ao homem descobrir os prazeres do corpo feminino. Ao lhe delegar esta descoberta, a mulher admite que o próprio corpo já não lhe pertence para assuntos relacionados à sexualidade. O corpo é visto, por algumas delas, como veículo de Deus e submetido ao inevitável destino biológico de reprodução. Neste sentido, pergunta-se: como extrair prazer de um corpo marcado pelo controle, pela vigilância e, especialmente, pela autovigilância, por discursos das mais diversas *pedagogias de sexualidade*? Somente uma das entrevistadas disse praticar o auto-erotismo como forma de vivência da sexualidade. No entanto, quando o faz, realiza-o com cuidados: sem excessos, sem exageros e sem uso de aparelhos, assegura. Observa-se, nas narrativas das mulheres-professoras brasileiras,

que ao mesmo tempo em que falam do corpo, ele permanece calado, expressando um interdito. Perrot afirma que este corpo exposto, encenado, continua opaco, “objeto do olhar e do desejo, fala-se dele. Mas ele se cala. As mulheres não falam, não devem falar dele. O pudor que encobre seus membros ou lhes cerra os lábios é a própria marca da feminilidade” (2003, p. 13). A idéia de que o corpo feminino deve ser descoberto pelo sexo oposto, de que a prática da masturbação (auto-erotismo) não seria aceitável para a mulher adulta, evidenciam as marcas de uma determinada feminilidade, descrita pelas entrevistadas.

Outro aspecto a ser levantado acerca da constituição do corpo, no Brasil, diz respeito ao conceito de beleza. O corpo feminino deve ser belo e magro, como ressaltam os *discursos do eu*. Tais imposições marcam as subjetividades das brasileiras, algo que não é determinante no discurso das portuguesas.

Na produção dos *discursos do eu* das entrevistadas, o auto-erotismo e a homossexualidade ficaram fora da ordem do discurso ao longo de suas trajetórias. A heterossexualidade, como norma a ser seguida, constituiu suas identidades sexuais. Há certa regularidade discursiva, marcadamente no que se refere à vivência da docência. Pode-se afirmar que elas utilizam enunciados muito próximos para ressaltar a prática da docência diante de sua vivência como mulher e mulher-sexuada, como se verá a seguir.

A docência como discurso privilegiado

O sujeito feminino, privilegiado nos discursos das professoras, é marcado pelos condicionantes de gênero da época. Talvez por esse motivo as mulheres-professoras construam seus discursos pautando-se na voz da docência. A identidade docente, na maioria dos casos, parece “falar mais alto” nos *discursos do eu*. A auto-imagem, estabelecida no decorrer da produção de subjetividades, sobrepõe-se a algumas identidades para se autodenominar. Este falar de si a partir desse espaço, o da docência, pode ser pensado como uma possibilidade de reconhecimento da mulher em atributos socialmente valorizados, ou seja, sentir-se com mais poderes e reconhecimento ao privilegiar, mais que a de gênero ou a sexual, a identidade docente. As mulheres, por exemplo, demonstram atitudes de altivez, autonomia, liberdade e firmeza quando revestidas da função docente.

Na construção das narrativas, apesar de algumas distâncias nos enunciados, as professoras são unânimes relativamente à *vivência da docência*. Nos chamados *discursos do eu*, todas admitem que, pelo exercício e pelo aprendizado da docência, reinterpretaram a própria intimidade e ressignificaram a vivência como mulheres e

como sexuadas. Neste sentido, ter-se-ia uma nova forma de observar a relação que as mulheres-professoras estabelecem entre sexualidade e docência – aspectos historicamente dicotômicos. A representação da professora enquanto produto de discursos hegemônicos é a de uma mulher que esconde a sexualidade, ou é vista como dessexualizada. Os discursos produzidos pelos sujeitos deste estudo levam a pensar esta relação com outros elementos. As mulheres, ao falarem sobre si e sua intimidade na *voz da docência*, além de manifestarem o que considerariam “digno” de ser expresso, porque legitimado pela figura da professora, também parecem ressignificar a sua trajetória e sua identidade, sexual e de gênero, como o indicam a postura adotada diante das manifestações de sexualidade de alunos e alunas em suas práticas pedagógicas e a expectativa em relação à prática docente como preponderante de suas vivências.

Brasileiras e portuguesas, ao se referirem aos dilemas da prática profissional, apesar de muitas estarem perto da aposentadoria, asseguram que acreditam que podem contribuir para mudanças sociais a partir da prática docente. É no espaço escolar que se sentem mais livres e menos tímidas como mulheres. O investimento na docência é comum a todas as entrevistadas, que parecem “desistir” de realizações amorosas, e especialmente sexuais, na vida pessoal, cujo vazio preenchem com as expectativas e a prática profissional de professora. Assim é que se pode pensar acerca dos jogos que estas mulheres constroem consigo mesmas ao ressignificar suas vidas pela identidade docente.

Outro aspecto a evidenciar em seus discursos é a conduta profissional como mulher-professora-sexuada, quando se apontam como modelo de feminilidade para o alunado, especialmente para as meninas. A vivência como mulher-professora-sexuada faz-se presente em outras condutas no ambiente escolar. Uma das que merecem destaque é a de que, além de orientar as condutas de alunos e alunas acerca de sua sexualidade, essa prática extrapola os muros escolares. Uma das estratégias adotadas é a forma de provocar a confissão dos alunos e alunas acerca de fatos pessoais e íntimos, instigando a contar detalhes até mesmo da vida familiar; depois, da “confissão” passa-se a outra ação, qual seja, a prática do exame, com o intuito de os educar e fazer com que reflitam sobre suas condutas. Este olhar, que indica controle sobre as ações do alunado, ultrapassa a escola, como já afirmamos. Os fatos narrados tanto no Brasil quanto em Portugal evidenciam domínio sobre a “intimidade” de alunos e alunas e até de seus familiares. As professoras se valem de discursos de saber-poder para indicar, por exemplo, quais os possíveis métodos anticoncepcionais a serem tomados não só para os discentes, mas até mesmo para as mães de alunos/as. Outro fato que diz

respeito é o ensinamento aos familiares de formas ideais para conduzir suas condutas diante das manifestações de sexualidade no lar e como se portar para educar sexualmente filhos e filhas. Veremos a seguir como estes elementos se materializam nas práticas de educação sexual.

Sexualidade e gênero nas práticas pedagógicas das educadoras: a produção da educação sexual ou da vontade de “conduzir as condutas” de alunos e alunas

Na construção das narrativas, apesar de algumas distâncias nos enunciados, as professoras são unânimes quando o assunto é *vivência da docência*. Nos chamados *discursos do eu*, todas admitem que, pelo exercício e pelo aprendizado da docência, reinterpretaram a própria intimidade e ressignificaram a vivência como mulheres e como sexuadas. Neste sentido, ter-se-ia uma nova forma de observar a relação que as mulheres-professoras estabelecem entre sexualidade e docência – aspectos, historicamente, dicotômicos. A representação da professora enquanto produto de discursos hegemônicos³ é a de uma mulher que esconde a sexualidade, ou é vista como dessexualizada. Os discursos produzidos pelos sujeitos deste estudo levam a pensar esta relação com outros elementos. As mulheres, ao falarem sobre si e suas intimidades na *voz da docência*, além de manifestarem o que considerariam digno de ser expresso, porque legitimado pela figura da professora, também parecem ressignificar a sua trajetória e suas identidades, sexual e de gênero, como o indicam a postura adotada diante das manifestações de sexualidade de alunos e alunas em suas práticas pedagógicas e a expectativa em relação à prática docente como preponderante de suas vivências.

Um aspecto a evidenciar nos discursos das educadoras é a conduta profissional como mulher-professora-sexuada, quando se apontam como modelo para o alunado, especialmente as meninas, como já explicitado. As professoras contam fatos sobre manifestações de sexualidade no ambiente escolar – como namoros, toques corporais, perguntas, etc. – ou confidências dos alunos e alunas sobre seus dilemas sentimentais.

3. A imagem da professora como assexuada é produto histórico. Louro assegura que, para afastar da figura da mestra as marcas distintivas da sexualidade feminina, elas acabavam por disfarçar os atrativos físicos para não se sobressaírem neste aspecto. Com isso, “*seus trajes e seus modos devem ser, na medida do possível, assexuados. Sua vida pessoal além de irretocável, deve ser discreta e reservada*” (1997, p. 106). Os discursos hegemônicos acabaram por tipificar professoras, especialmente por vincularem sua figura ao cuidado e ao apoio maternal de crianças. Muniz analisa essa questão ressaltando que esta imagem da professora foi produzida por alguns elementos que constituíram a inserção da mulher na docência. “No caso das professoras de ‘antigamente’, inserir-se no mundo do trabalho, ser reconhecidas socialmente enquanto tais, implicava interiorizar papéis, valores e normas existentes de forma a pautar suas condutas segundo os padrões instituidores/ instituídos dos/pelos modelos normativos de mestra e de educação da época. Padrões, esses, que se encontravam presididos por imagens de professora como pessoa abnegada, distinta, estoica, vigilante, disciplinada e assexuada e de educação como prática fundada em rígida disciplina”. (2002, p. 3)

Elucida o caso de Sílvia (brasileira) ao se deparar com um casal de namorados beijando-se no pátio da escola. Ela chama os dois e inicia um diálogo: *"Eu falei para eles que tenho vários amigos. Disse-lhes que já viram vários professores me beijando, mas argumentei que há professor que não me beija porque não dou esse tipo de liberdade. A mulher é que põe o ponto! Se a mulher não põe o ponto, eles avançam mesmo"*. Ela se coloca como "modelo de virtude" e com capacidade para impor limites às investidas masculinas. A professora, que assegura discutir sistematicamente a sexualidade em suas aulas, embora formada em Biologia, reconhece que, ao educar para a sexualidade, ao ministrar conhecimentos biológicos e regras de conduta, se vale de preferência dos conhecimentos oriundos de um "tipo" de feminilidade que privilegia a mulher "virtuosa", capaz de seduzir e ao mesmo tempo impor limites aos avanços masculinos.

A vivência como mulher-professora-sexuada faz-se presente em outras condutas no ambiente escolar descritas pelas entrevistadas. Antónia (portuguesa) descreve fatos vivenciados com aluno que era vítima de abuso sexual por um membro de sua família. Em outro caso, descreve como atuou diante de uma aluna que "induzia" os meninos ao banheiro para poder tocá-los. A professora descreve como conduziu a conversa com a aluna, instigando-a a contar o que havia ocorrido, além de outros aspectos da sua intimidade, como a vivência familiar e a prática amorosa da mãe. *"Eu tentei convencer a aluna a evitar de ser infeliz como a mãe – foi ela que me disse que a mãe era infeliz. Além disso, disse-lhe que era melhor não fazer aquelas coisas na escola."*

É no exercício da docência que as professoras se assumem com poder de "conduzir a conduta" de alunas e alunos. As ações que descrevem extrapolam os muros escolares; produzem um "olhar panóptico" na vida e na construção da identidade sexual dos discentes. Querem saber detalhes da vida familiar; para isso instigam a confissão, querem saber detalhes de aspectos da vivência da sexualidade de alunos e alunas com o intuito de os educar e fazer com que reflitam sobre suas condutas.

Este olhar, que indica controle sobre as ações do alunado, ultrapassa a escola. Vejam-se dois exemplos da educação sexual repassada pelas professoras. Elsa (portuguesa) diz que ao atuar com alunos e alunas com necessidades educativas especiais percebia que eles se manifestavam sexualmente na escola. A professora, juntamente com a equipe docente, em reunião de pais e mães, propôs-lhes encaminhar as filhas a um serviço médico para esclarecimentos acerca da prevenção da gravidez, *"para que pudessem tomar alguma coisa ou fazer uma laqueação. Mas os pais não aderiram a essa idéia"*, assegura. O discurso de poder enunciado

pela educadora reflete o intuito de regular a conduta das alunas até mesmo no controle da concepção.

Carmem (brasileira), por sua vez, revela o teor de seu discurso no contato com uma mãe de um aluno na escola em que atuava como docente. Ao falar da falta de estímulo que prejudicava o rendimento escolar do menino, resolve chamá-lo para averiguar o problema. "*Chamei o menino e comecei a fazer uma anamnese; conversei, falei... e pedi para chamar a mãe porque percebi que o menino precisava ser estimulado*". A mãe do aluno veio à escola juntamente com seus vários filhos. Ela estava à espera de mais um. "*Quando olhei aquela cena, disse: – 'Está aí o problema do aluno!'*" Ao explicar à mãe qual deveria ser sua conduta diante do filho para que tivesse bom desempenho escolar, a professora disse-lhe: "*Quando você for ter o bebê deveria amarrar as trompas. Já tem cinco filhos! Um por ano... dá um tempinho*". A mãe argumentou que poderia vir a se casar novamente e o companheiro exigir-lhe filhos/as. A professora questionou-a com as seguintes formulações: "*Você é só parideira? É somente reprodutora? Não pode. A mulher tem que se respeitar... depois você fica sozinha, como vai fazer para trabalhar?*" Carmem revela que a referida mãe não gostou da intromissão em sua vida, mas escutou sem questionar. Este fato motivou a professora a estender esse "ensinamento" aos demais familiares de seus alunos e alunas na ocasião da reunião de pais/mães/responsáveis e mestres/as. A professora, em linguagem metafórica, sugeriu às mães que "*dormissem de tamancos*", referindo-se a uma forma de garantir o controle de natalidade. Também sugeriu que utilizassem métodos anticoncepcionais. Um dos pais não gostou do teor da conversa e foi delatá-la à diretoria da escola. Carmem foi advertida verbalmente e por escrito, e comprometeu-se a não tocar mais no assunto.

O que levaria essas mulheres-professoras a intervirem na sexualidade dos discentes e também na de seus pais e mães, além da convicção de poder da professora que detém conhecimentos acerca do desenvolvimento psico-social de crianças e adolescentes? Uma hipótese é que a docência, como identidade privilegiada pelas mulheres-professoras, constitui-se como condição de ressignificar a própria conduta como mulheres-sexuadas, o que as capacitaria a conduzir suas próprias condutas e as de outros/as. É com a voz da docência que se permitem falar de sua intimidade. É através dela também que produzem *discursos do eu* capazes de construir a imagem de alguém sem contradições, conflitos e ambivalências, aspectos, como se observou em suas narrativas, presentes na construção das identidades sexual e de gênero.

Considerações finais

Dentre os aspectos salientados na pesquisa destacaremos três deles nessas considerações. O primeiro, quando o assunto refere-se à sexualidade e à constituição de sujeitos sexuais, diz respeito ao que as professoras elegeram do que pode ser dito e em quais condições. Dos enunciados priorizados nos discursos memorialísticos das educadoras, observou-se que respeito à supremacia da *docência* em detrimento de outras possibilidades de produzir um discurso sobre assuntos relacionados à intimidade delas próprias e também de outras pessoas.

Outro aspecto a se destacar é que tais discursos são instrumentos para constituir subjetividades, tanto de mulheres quanto de mulheres-sexuadas-docentes. Os discursos estudados nos instigam a pensar que elas ressignificam suas próprias identidades a partir desse lugar. Tais elementos tornam-se úteis para se trabalhar com a formação de professores/as, especialmente visando contribuir para a desconstrução de inúmeros enunciados “sacralizados” como verdades. Com isso, também se podem visualizar novas formas de constituição de sujeitos femininos e masculinos, com possibilidades de vivenciar múltiplas identidades e sexualidades.

Nas práticas pedagógicas das educadoras, nos dois países, observou-se que o discurso da docência produz efeito de verdade e de poder ao se produzir formas de educação sexual nas relações cotidianas que estabelecem com os alunos e as alunas. As professoras educam a partir de discursos hegemônicos sobre a vivência idealizada especialmente para as meninas. As práticas de inquirir e instigar a confissão são comumente implantados visando saber os detalhes das vivências sexuais do alunado. Essa prática extrapola a escola e acaba por produzir e conduzir a conduta das próprias professoras e dos discentes e também de seus próprios familiares, especialmente suas mães.

Referências

- CATANI, Denice Barbara. Distâncias, Vizinhanças, Relações: comentários sobre os estudos sócio-históricos-comparados em educação. In. NÓVOA, António & SCHRIEWER, Jürgen (eds.). *A difusão mundial da escola*. Lisboa: Educa, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Vol. I. 12 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.
- _____. O sujeito e o poder. In DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault – uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- _____. *A arqueologia do saber*. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- _____. *A ordem do discurso*. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2003.
- _____. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In FOUCAULT, Michel.

Ética, sexualidade, política. Coleção Ditos & Escritos (volume V). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Sobre as professoras de "antigamente" que eram "feias" e "usavam óculos"... *Revista Labrys*, n. 1-2, julho/dezembro, 2002 (Revista eletrônica - www.unb.br/ih/his/gefen/labrys).

PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. In MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel. (org.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Teoria cultural e educação*. Um vocabulário crítico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

XAVIER FILHA, Constantina. *Discursos da intimidade: imprensa feminina e narrativas de mulheres-professoras brasileiras e portuguesas na segunda metade do século XX*. São Paulo: FEUSP, 2005. [Tese de doutorado]